

Eixos Temáticos

Os eixos temáticos direcionam as discussões que serão realizadas durante o VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG). Os eixos têm o papel de orientar as atividades do próprio congresso como as Mesas Redondas, Trabalhos de Campo, Grupos de Trabalho (GT), Espaços de Diálogos e Práticas (EDP), Espaço de Socialização de Coletivos, Geo na Rua e Plenárias. Portanto, estes espaços citados foram pensados a partir da proposição dos referidos eixos temáticos. Os eixos temáticos que compõem VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG) são:

Eixo 1. Geografia, gênero, raça e classe

O objeto de estudo da ciência geográfica nos permite estar sempre em movimento para que as contribuições sejam cada vez mais amplas e condizentes com a realidade dialética, dialógica, em diferentes escalas. Este movimento se associa ao mais recente quadro de transformações científicas, em que o campo da Geografia brasileira, voltada às questões identitárias, se destaca, indaga sobre temas que envolvem a corporeidade dos sujeitos, nos estudos e produções de estudantes, pós-graduandos(as) e pesquisadores(as) em Geografia. Notadamente ressaltamos a importância de políticas públicas como as políticas de ações afirmativas promovidas no Ensino Superior, motivo pelo qual há uma maior inserção de pessoas negras/indígenas nas universidades e consequentemente refletindo nas pesquisas. É importante salientar que o campo da Geografia com perspectiva Negra, a partir de seus métodos e metodologias presentes desde às décadas passadas, ocorre em diálogo com outras áreas das Ciências Humanas e Sociais. Ademais, pensar essa produção geográfica nos provoca a pensar outras temáticas e possibilidades que sejam para além do padrão centralizador, cisheteropatriarcal, eurocêntrico que estamos familiarizados, correlacionado às categorias importantes como gênero, raça, classe, etnia, nacionalidade, maternagem, entre outras. Nesse sentido, entendemos que o VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG), por meio de sua intenção em equalizar as distorções relacionadas às hierarquias de gênero, raça e não somente de classe, tem a oportunidade de discutir a sua própria atuação, quanto a necessidade de horizontalizar de modo edificante as relações, superando ideias, ações e projetos que são reflexos dos marcadores sociais da diferença.

Eixo 2. Geografia Urbana e Movimentos Sociais na Cidade

Nos anos 1970, a AGB já contava com seus 40 anos quando o Brasil engatou uma virada importante na Geografia Brasileira, inserida no contexto do período. O espaço deixa de ser somente palco das relações sociais e passa a ser entendido também como produto delas. As mudanças da contemporaneidade revelaram novos conteúdos da realidade urbana, da globalização, da informação e da produção do espaço, sobretudo a partir das contradições do modo de produção capitalista como pilar fundamental da sociedade urbana. É nesta guinada de pensamento que a realidade urbana passa a ser analisada a partir das suas contradições do tempo presente. Na Geografia, o espaço urbano se mostra crucial para a compreensão dos desafios da problemática urbana e da complexidade da vida social. Sendo o espaço parte constitutiva da vida social, a sua disputa se torna conteúdo significativo para os geógrafos e geógrafas. A disputa pelo espaço é o centro da luta pelo Direito à Cidade, conforme nos mostra Henri Lefebvre, tornando-se capaz de mobilizar a sociedade contemporânea nas suas diversas formas. Essa relação do conflito na e pela cidade encontra sua essência nos Movimentos Sociais, que manifestam suas lutas contra a segregação e a exploração das classes populares no espaço urbano. Com o processo de abertura política brasileira, a Geografia estava instigada pela AGB, especialmente no III Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), em Fortaleza–CE, que fez os geógrafos e geógrafas repensarem a ciência nacionalmente e fomentar o surgimento de movimentos de crítica ao modo de produção do espaço na realidade urbana. Desde então, a Geografia Urbana tomou uma diversidade de rumos teóricos e metodológicos, porém sempre preocupada em desvendar aspectos da problemática urbana nas cidades contemporâneas. Neste trajeto, a Geografia e os Movimentos Sociais andam lado a lado e são indispensáveis para repensarmos os rumos da nossa ciência nos dias hodiernos.

Eixo 3. Geografia Econômica e Transformações no Trabalho

Propomos um movimento de apreciação crítica de concepções relativamente diversas a respeito do trabalho, indagando se este é uma forma de objetivação (fantasmagórica ou fetichista) do capital como uma totalidade que se territorializa. A imposição, pelo trabalho, da mediação da mercadoria como forma de reprodução ampliada que, em processo, torna esta própria forma de objetivação redundante e crítica. A concorrência no mercado mundial institui compulsoriamente certo padrão contemporâneo de produtividade, através do encontro entre avanço tecnológico, ciência e investimentos vultosos. Desse modo, podemos afirmar que o mercado, bem como o atual padrão de produtividade, consolida o desenvolvimento do modo capitalista de produção ao mesmo tempo que este modo de produção dá sinais de estar chegando em seus limites fundamentais, criando novas condições de produção e reprodução. Todavia, o esforço industrialista não significou necessariamente a absorção de massas de trabalhadores que se urbanizavam, pelo contrário. Nesse sentido, indagamos se a condição econômico-produtiva atual do Brasil pode ser caracterizada (ou não) como uma espécie de “desindustrialização”, com populações endividadas que consomem produtos industrializados ou, talvez, de sujeitos monetarizados desprovidos de dinheiro. A milicianização do Estado e da sociedade, o fortalecimento do narcotráfico, fundamentalismos, nacionalismos reacionários, se somam a formas de individualização do problema social, à precarização do trabalho, à concorrência cruenta do “todos contra todos”, visto através do empresariamento de si, por

exemplo. Por isso, nos perguntamos de que modo a relação entre o capital e o trabalho se encontra frente à dinâmica destrutiva e excludente do capitalismo. Com o tema “AGB90 anos: Geo-grafando para construir o Brasil”, o CBG propõe este eixo, inspirado pelas discussões já acumuladas ao longo do tempo a respeito da Geografia Econômica e do Trabalho. Tal acúmulo demonstra historicamente o lugar que a categoria trabalho passou a ocupar nas reflexões feitas pela ciência geográfica e os embates conceituais que tendo sido fundamentais para a Geografia. Passados 10 anos após o último CBG, se faz premente a necessidade de refletirmos sobre as transformações do mundo do trabalho, do ponto de vista dos desafios colocados para a Geografia brasileira: uma Geografia da crise que se pergunta sobre seu papel para a construção do Brasil?

Eixo 4. Povos e Comunidades Tradicionais e as Lutas Sociais

A essência do desenvolvimento histórico e geográfico do modo de produção capitalista no Brasil e na América Latina, tem, em seu fundamento, a escravização e o esbulho territorial dos povos originários e comunidades tradicionais. O massacre perpetrado pelo “rolo compressor” da colonização deixa ineliminavelmente profundas cicatrizes nos corpos, nos territórios e nas memórias desses povos e comunidades que lutam e resistem desde então. Com o propósito de ouvir, reconhecer e valorizar os saberes ancestrais desses povos e comunidades e rememorando as lições do militante professor Carlos Walter Porto-Gonçalves, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), prestes a completar seus 90 anos, é revigorada e se torna um espaço profícuo de discussão e de valorização das resistências indígenas, quilombolas e das comunidades tradicionais. Nesse sentido, em consonância com a Convenção N.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo governo brasileiro, da qual destaca a importância do reconhecimento e respeito pelos direitos desses grupos em questões territoriais, destacamos a importância da categoria tradicional como um critério político-organizativo empregado por grupos sociais em movimento, com o objetivo de confrontar antagonistas e aparatos estatais, na luta por afirmação de direitos sociais, especialmente, o acesso e a permanência ao território. Com isso, os aspectos ligados à identidade e as tradições culturais conduzem à formação de agrupamentos sob uma expressão coletiva comum, reforçando territorialidades específicas e demandas direcionadas ao Estado para o reconhecimento de formas particulares de acesso à terra. A construção da identidade de povo ou comunidade tradicional ocorre em conflito com a sociabilidade capitalista, representando um contraponto ao processo de expansão da valorização do valor. A resistência reflete-se nas concepções de mundo, nas relações com a natureza e nas territorialidades, que confrontam o movimento de produção e reprodução do capital que institui a divisão do trabalho e transforma a natureza em mercadoria. Assim, na contramão do aprofundamento desse projeto funesto de “civilização e progresso”, levado a cabo pelos algozes do passado e do presente, dos quais buscam incansavelmente colocar em prática políticas genocidas e nefastas teses jurídicas que visam atacar o direito originário ao território, a sociabilidade comunitária dos povos nos ensinam a Esperançar. Isso significa, que as práticas sociais herdadas milenarmente por essas comunidades são proposições e alternativas reais, que possibilitam fortalecer a resistência e barrar o avanço da destruição e mercantilização, dos biomas, das águas, dos solos e de toda a vida no planeta. A luta diária desses povos para garantir suas terras, territórios, seus modos de vida e suas cosmologias são inspirações que vêm fomentar e oxigenar as lutas e práticas geográficas na superação desse sistema político, econômico e desumano.

Eixo 5. Geografia, formação e a questão profissional

Longe de ser uma atividade destituída de determinação, a profissão e a formação do geógrafo condiz com o acúmulo e o desenvolvimento desigual de forças de interesses antagônicos, objetivos e demandas inerentes à contraditória dinâmica da reprodução social. O caso brasileiro é exemplar desse conjunto de forças contraditórias que imperaram (e imperam) na formação acadêmica e profissional do geógrafo. Nas quatro últimas décadas, com maior intensidade desde os anos 2000, houve uma avalanche de transformações com avanços e retrocessos em relação à profissão – no âmbito das carreiras da licenciatura e do bacharelado, na graduação e na pós-graduação –, não se tratando de um processo mecânico e linear. Em outras palavras, na esquadra histórica atual, vive-se um paradoxo ligado à dinâmica sócio-histórica e à ofensiva neoliberal que se estende em escala planetária, com especial aceleração no Brasil da última década. Os geógrafos assumiram compromisso com um projeto de sociedade inclusivo, democrático, progressista e voltado às classes que vivem do trabalho, aos povos ribeirinhos, tradicionais, indígenas e quilombolas, com produção acadêmica e profissional investigativa e denunciatória dos aspectos da acumulação, espoliação e expropriação da sociedade e da natureza promovida pelas relações capitalistas – em todas as suas dimensões econômicas e políticas –, com especial atenção para os fenômenos da reprodução social do espaço – urbano e rural – em diferentes escalas. Por outro lado, o arrefecimento e, em alguns casos, recuo das lutas sociais, bem como o avanço de setores econômicos hegemônicos, tal como o capital financeiro e portador de juros e renda, nas esferas do Estado, impactaram a dinâmica profissional e de formação do geógrafo, seja nas distensões da regulamentação do bacharelado (da Lei Federal 6.664 de 1979) ou dos ataques que incluem os currículos do ensino básico ao superior (presentes na reestruturação das Leis de Diretrizes Básicas – LDB – da Educação na Lei 13.415/2017 que, entre outras coisas, propõe o Novo Ensino Médio), ou as métricas produtivistas impostas à pós-graduação, medidas essas que retiram a autonomia científica, acadêmica e crítica da formação e atuação dos geógrafos nos eixos que edificaram (e ainda edificam) a sua trajetória como profissionais, pesquisadores e educadores críticos. Dados esses pressupostos, o eixo “Geografia, formação e questão profissional”, é

um convite para o enfrentamento, a reflexão crítica, o enfrentamento e reversão da ofensiva política neoliberal e econômica de expropriação que desmonta, na medida que flexibiliza e tenta intervir na formação em Geografia no Brasil.

Eixo 6. Educação, Ensino de Geografia e Produção do Espaço

A crise estrutural do capital impõe aos estados-nações políticas de ajustes que visam minimizar os seus efeitos nas taxas de acumulação, com implicações diretas na condição das classes trabalhadoras em todos os sentidos, incluindo as políticas para a sua formação. O Banco Mundial se alia às fundações privadas para dar rumo às ideias pedagógicas que orientam as políticas educacionais, políticas de ajuste do capital. No Brasil, o primeiro ano do Governo Lula/Alckmin, de conciliação e frente ampla contra a reeleição de Bolsonaro, foi marcado pelas contradições entre as forças políticas da formação econômico-social brasileira. De um lado, as frações da burguesia agrária, do agronegócio e da burguesia da grande indústria manufatureira, articuladas pela vanguarda do capital financeiro-rentista, reclamando, exigindo e impondo grande apoio do Estado. Do outro lado, as frações das classes trabalhadoras do Brasil industrial-urbano, dos agricultores familiares, da pequena propriedade, dos quilombolas e da miríade de trabalhadores intermediários entre atividades urbanas e rurais, e das sociedades indígenas. A criação do Ministério dos Povos Originários e o fortalecimento do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima foram confrontados pelo enfraquecimento destas pastas na reforma da estrutura dos Ministérios do Governo Lula. A contradição entre o novo marco fiscal com sua necessidade de aumentar a arrecadação, a perspectiva de “déficit público zero” (sem déficit) nas contas do governo e o cumprimento da agenda social, da saúde e da educação, e do meio ambiente, etc. Lula vetou a nova lei do marco temporal, relatada por senador da oposição ao governo e defendida por seu ministro da agricultura, e o congresso derrubou o veto. Lula vetou a nova lei que flexibiliza o uso dos agrotóxicos (PL do Veneno) aprovada no Senado com apenas um voto contrário. Fatos que marcaram a economia política brasileira em 2023, exigentes da mobilização e enfrentamento da classe trabalhadora. Com relação ao Ministério da Educação, houve recomposição de orçamento para a merenda escolar, custeio das universidades e bolsas de pós-graduação e implementação de políticas de alfabetização e expansão do ensino de horário integral. Em 2024 será construído e aprovado o novo Plano Nacional de Educação. Defensores da qualidade da educação do modelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o primeiro escalão do ministério, muito próximo das atividades e concepções das fundações privadas, não é favorável à revogação da reforma do ensino médio, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da BNC-Formação, entre outras políticas em curso desde governos passados. Acrescente-se a separação da licenciatura do bacharelado, a possibilidade de formação de professores em ciências humanas e não em Geografia, a inexistência de Livros Didáticos de Geografia a partir do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/2021) do ensino médio. Tais políticas são desdobramentos das concepções educacionais dominantes, com forte hegemonia das pedagogias tecnicistas (das competências) e escolanovistas (do aprender a aprender), do construtivismo e da pedagogia do professor reflexivo, presentes nos currículos de Geografia da educação básica e da formação dos professores, e nos livros didáticos. No enfrentamento a essas concepções que esvaziam a escola de conhecimento e que buscam formar empreendedores, vêm se desenvolvendo perspectivas crítico-superadoras que se posicionam pela formação intelectual, na defesa da escola, por uma educação anticlassista, antirracista e antimachista.

Eixo 7. Geografia, Cartografias e Novas Tecnologias

Nos últimos noventa anos, testemunhamos uma revolução na representação cartográfica do espaço geográfico, transitando de mapeamentos manuais para uma era dominada por avançados mapeamentos tecnológicos. Este salto foi impulsionado pela ascendência da cartografia digital e pelos notáveis progressos nas áreas do geoprocessamento, Sistemas de Informação Geográfica (SIG), sensoriamento remoto, processamento em nuvem, advento dos aplicativos, entre outros. O avanço dessa tecnologia desempenhou um papel fundamental nas produções acadêmicas e técnicas, expandindo as abordagens de compreensão das distintas formas de fenômenos, processos, sujeitos, conflitos e dinâmicas ambientais, sociais, culturais, econômicas, produtivas e estatais presentes no espaço geográfico. Bem como, fortaleceu a ciência geográfica como um todo, pois a representação e análise espacial possibilitadas pela cartografia não apenas permitiram a compreensão profunda das distintas paisagens, lugares, regiões, territórios e redes, mas também se revelaram fundamentais dentro dos limites tecnológicos. Estamos agora em 2024, diante de uma era que se mantém aberta a novas possibilidades, oferecendo oportunidades inexploradas para reforçar a luta por uma sociedade mais justa e democrática. Ao longo das últimas nove décadas, a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) emergiu como defensora incansável dessa causa. Sua trajetória se entrelaça com o compromisso de utilizar a cartografia como uma ferramenta geográfica de conscientização e transformação social. Além disso, a AGB, ao longo de sua existência, tem dedicado esforços significativos para promover uma abordagem geográfica e cartográfica que não apenas revela as complexidades do espaço, mas também contribui para uma sociedade mais justa e democrática.

Eixo 8. Geografia, Natureza, Abordagens Físico-ambientais e Dinâmica das Paisagens

Um dos objetivos da ciência geográfica é entender as relações entre a sociedade e a natureza, analisando interações e mudanças que ocorrem no decorrer das escalas temporal e espacial, procurando estabelecer relações de compreensão para explicar a realidade do estado atual do espaço geográfico. Isto se estrutura por todos os espaços na forma de estudos e abordagens físico-ambientais. A relação entre Natureza e Sociedade é intrínseca, e diversos temas-chave destacam-se nessa interação, evidenciando as complexas conexões entre elementos naturais e as transformações nas paisagens.

Mudanças, variabilidades e alterações dos padrões climáticos; estudos hidrológicos relacionados ao modo de ocupação humana na superfície terrestre ou aos diferentes usos dos recursos hídricos e da gestão das águas em bacias hidrográficas; processos de produção humana que se vinculam diretamente ao uso do solo e suas consequências; dinâmica das águas marinhas e suas relações com os usos da costa na interface das transformações ambientais e gestão integrada; análises espaciais e representações cartográficas com os novos recursos geo-tecnológicos; problemas como o desmatamento de vastas extensões de vegetação nativa; extinções de espécies; a produção e o tratamento de resíduos sólidos nas cidades; a poluição dos corpos d'água; riscos, desastres e eventos extremos no contexto das mudanças ambientais, entre outros, representam objeto de estudo e intervenção da Geografia. Compreender esses elementos é essencial, cujas manifestações impactam diretamente a dinâmica e configuração das paisagens, visando a compreensão e resistência frente aos desafios ambientais contemporâneos. Desta forma, o eixo Geografia, Natureza, Abordagens Físico-Ambientais e Dinâmica da Paisagem, fundamentado na análise espacial dos elementos e processos físicos, têm em seu horizonte a articulação de estudos que sustentam as abordagens físico-ambientais e os pressupostos epistemológicos, teóricos e conceituais da ciência geográfica, compondo e desdobrando conhecimentos que balizam elementos físico-naturais e as produções humanas.

Eixo 9. Teorias da Geografia e pensamento geográfico

A Geografia produzida no Brasil desenvolveu um conjunto amplo de referenciais teóricos que hoje compõem seu arcabouço teórico para o entendimento da realidade em suas múltiplas realidades. A história do pensamento geográfico envolve, igualmente, o temário da luta ideológica presente no contexto das dinâmicas sociais e econômicas e que, de modo contraditório e conflitante, configuram do ponto de vista prático um amplo contexto da luta de classes sobre a questão da unidade das atividades humanas, da apropriação e interrelação complexa com a natureza e a produção de geografia ou de espaços de disputa. Não é possível tratar as diferentes possibilidades teóricas e metodológicas da Geografia fora do fluxo processual do tempo e dos contextos específicos criados. O processo de renovação do pensamento tem por objetivo avançar na relação teoria e prática. Refletir sistematicamente sobre os principais contextos históricos, institucionais, autores e conceitos da geografia, torna-se condição fundamental para a problematização da produção geográfica. Neste processo, os Congressos e Encontros Nacionais da AGB foram e são espaços privilegiados na composição e, sobretudo, a difusão desses referenciais. Hoje, este país demanda - talvez mais do que qualquer outro momento de sua história - um projeto voltado para as necessidades de brasileiros e brasileiras que aqui trabalham e vivem. O pensar geográfico molda-se historicamente em uma formulação e re-formulação do tempo-espaço, auferindo significados no contínuo processo teórico e prático. Assim, se para uma prática geográfica transformadora para a construção do Brasil é necessária uma teoria geográfica igualmente transformadora, sobre quais parâmetros esta se dará? De que forma a articulação teoria e método na formação científica do profissional de Geografia pode oferecer subsídios para esta demanda? Em que aspectos as transformações do pensamento geográfico acumulado historicamente por e a partir da realidade brasileira atendem a essa enorme tarefa que é conhecer e mudar o Brasil? Nesta oitava edição do Congresso Brasileiro de Geógrafos da AGB, o eixo Teorias da Geografia e Pensamento Geográfico instila novamente a conjugação entre rigor epistemológico, pensamento crítico e ação política como ponto de pauta na formação e atuação da comunidade geográfica brasileira, contribuindo para a renovação da ciência geográfica e para além dela, permitindo o configurar de práticas combativas do ponto de vista político e social. Dessa forma, ganha importância a ideia de pensamento geográfico, por ampliar a noção de Geografia para além de sua delimitação como ciência construída entre o fim do século XIX e início do século XX.

Eixo 10. Geografia Agrária, Lutas e Movimentos Sociais do Campo

A apropriação e o controle do território por parte dos agentes hegemônicos do capital têm alcançado territórios outrora não imaginados. Novos e arcaicos mecanismos de apropriação e controle se encontram e (re)produzem a grilagem, a violência, a fome, a criminalização de Movimentos Sociais e de suas pautas, ao mesmo tempo, em que a tríade que sustenta a formação territorial de muitos dos países do globo: o latifúndio, a monocultura e a exploração do trabalho. O Estado continua exercendo uma função central e contraditória, ao mesmo tempo, incentiva e flexibiliza normativas que possibilitam a expansão do capital no campo, também age na formulação de políticas públicas centrais para a regularização fundiária e para fortalecimento da agricultura familiar camponesa. Neste contexto, os Movimentos Sociais do campo assumem um protagonismo na luta por um modelo de desenvolvimento centrado na Reforma Agrária Popular, no reconhecimento dos territórios dos múltiplos povos e comunidades tradicionais, na Segurança e Soberania Alimentar e na Agroecologia. Este eixo temático convida os geógrafos e as geógrafas a analisar e debater a complexidade da Questão Agrária em uma conjuntura de crise estrutural do capital, de conflitos territoriais, de multiplicidade de sujeitos e agentes, de emergência de novas territorialidades no campo brasileiro e de resistências por parte da diversidade de Movimentos Sociais de luta no campo.

Eixo 11. Geografia Política, Geopolítica e Território

No contexto de acirramento das crises, conflitos e guerras, generalizado pelo caos sistêmico, o mundo se debate a partir dos lugares em torno da emergência e disputa pela concertação de nova (des)ordem mundial. A hegemonia mundial tem sido travada no campo das ideias e dos usos dos territórios nas escalas global, regional, das formações espaciais e dos

lugares, desafiando o fazer geográfico a refletir a natureza espacial do poder, suas formas geográficas e os sentidos da geopolítica tanto dos Estados e das grandes corporações quanto dos Movimentos Sociais, dos povos, comunidades e organizações da sociedade. O que demanda da Geografia a crítica tanto da geopolítica quanto das geopolíticas críticas para a compreensão das formas de dominação, de resistência e de construção de novos e outros mundos.

Eixo 12. Geografia, Território e Saúde

Embora antigos e históricos os diálogos da Geografia com as áreas médicas e da saúde, em particular com a epidemiologia social crítica, a saúde pública e a saúde coletiva no caso brasileiro, nas últimas duas décadas e meia tem ganhado importância e relevância o campo da Geografia da Saúde na atualização desse diálogo. Destacando-se as produções, intervenções, eventos da área e as atividades de seus Grupos de Trabalho no âmbito da AGB, e na convergência das geotecnologias, do planejamento e do engajamento nas lutas sociais. Sobretudo a partir da perspectiva do conceito ampliado de saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença, da multidisciplinaridade e da compreensão dos determinantes sociais em saúde (DSS), dentre os quais, os fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos, raciais, psicológicos, de gênero e de classe. Nesse sentido têm sido centrais nas abordagens múltiplas do fazer geográfico as preocupações e enfrentamentos das iniquidades, das vulnerabilidades, das injustiças e das desigualdades promovidas pela lógica mercantil e privatista do capitalismo que assolam a saúde dos lugares, das pessoas e dos corpos, a partir de situações geográficas únicas no território brasileiro. Situações de carência, pobreza, fome, falta de habitação digna, de mobilidade, de alimentação saudável e barreiras ao acesso a equipamentos e serviços de saúde que convocam a análise e atuação dos geógrafos e geógrafas no enfrentamento dos desafios da universalização da saúde e da ampliação e fortalecimento do sistema público de saúde, o Sistema Único de Saúde (SUS).

Eixo 13. Patrimônio, Cultura e Memória

A dinâmica do mundo atual, marcada pela rapidez dos processos de circulação de pessoas, informações e mercadorias, geram conteúdos os mais diversificados, ora fortalecendo as lutas de classe e de afirmação de segmentos da sociedade, ora acentuando as diferenças, os extremismos e os preconceitos. Fruto desses processos, a sociedade é marcada pelas mensagens falsas que inúmeros danos têm causado aos cidadãos. Nesse contexto, conhecer e analisar o patrimônio de uma sociedade, historicamente construída, vai além da observação das estruturas físicas e perpassa pelas relações construídas na sociedade, suas lutas por direitos e conquistas, pela resignificação e importância que cada grupo social estabelece com as territorialidades e com os lugares que ocupam e se fixam, utilizando como palco de suas manifestações. Essa volatilidade nos processos informacionais, comerciais, econômicos e humanos, causam mudanças que por vezes alteram o conhecimento que as gerações atuais possam ter, da sua própria cultura, tendo em vista existir mais informações sobre o que fora construído em espaços e lugares distantes, em detrimento das manifestações culturais da comunidade local, possibilitando comportamentos culturais distintos dos seus concidadãos e o não reconhecimento do patrimônio imaterial encenado em estruturas patrimoniais físicas, cujas memórias, acabam se desvalorizando e se perdendo com o contar dos anos. Portanto, a presente ementa, alusiva a patrimônio cultural e memória, propõe aprofundar essas discussões, numa compreensão crítica e reflexiva desta temática.